

Reformas com controle

O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou, em Londres, que as reformas econômicas em andamento no País, uma vez aprovadas pelo Congresso Nacional, precisam ser implementadas com um mecanismo consequente e adequado de controle das atividades das empresas desestatizadas, para se impedir o que ele próprio denominou de “processo de privatização selvagem, que não corresponderia aos interesses do povo e do País”.

Fica bem claro a intenção do Governo de fazer com que o Estado não abdique completamente do controle, ainda que indireto e até remoto, do destino de empresas hoje estatais que amanhã possam passar à iniciativa particular. Aliás, o Brasil não está na estação zero nesse assunto. O processo de desestatização posto em prática desde 1990, apesar da lentidão de alguns momentos e de hesitações ou mesmo retrocessos em outros casos, tem fornecido um bom manancial de informações ao mercado sobre a administração desses empreendimentos. A todo instante a Nação é informada pelas ex-estatais, como Cosipa, Usiminas e CSN, por exemplo, para ficar apenas na área da siderurgia, dos progressos alcançados na obtenção de lucros, de expansão de mercados interno e externo, de capacitação de mão-de-obra e de outros aspectos do gerenciamento de empresas modernas.

Pelo que se deduz das palavras do Presidente da República durante sua estada na capital britânica, para os festejos do cinquentenário do fim da Segunda Guerra Mundial, será criado um mecanismo sério

de acompanhamento de privatizações de estatais. Além disso, e pela mesma preocupação de evitar que setores privatizados venham a entrar em colapso, o Governo adiará a privatização de algumas áreas. O presidente FHC citou, nominalmente, o caso do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Simultaneamente com essa notícia, anunciou-se outra que não deixa de ser positiva para a aprovação das reformas constitucionais indispensáveis à modernização da economia nacional. Trata-se da nova posição adotada pela Central Única dos Trabalhadores no sentido de aceitar dialogar com o Governo, Congresso, empresariado e sindicatos a respeito das propostas de FHC para as mudanças da Constituição. Ainda que ressalve não abrir mão de suas posições no tocante à aposentadoria, petróleo e telecomunicações, o anúncio da CUT é um passo adiante. A intransigência, nessa matéria das reformas, em nada ajudará a se criar a realidade nova, que o povo espera e o País merece.

A semana se abre, assim, com possibilidades ainda mais otimistas do que antes sobre a marcha das reformas no Congresso Nacional. A preocupação do Presidente da República contra os aspectos “selvagens” de uma privatização, somada à presteza dos partidos e congressistas na votação das propostas e o novo posicionamento da CUT autorizam a crença de que se aproximam-se o final feliz do amplo processo de reformas constitucionais.